



VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

Culturas políticas e conflitos sociais



CULTURA HISTORIOGRÁFICA E IMAGINAÇÃO SOCIOLOGICA: ENSAIO E INTERPRETAÇÃO DO BRASIL NOS ANOS 1930

Maro Lara Martins¹

Resumo: Nas florações da sociologia modernista dos anos 20 e 30, é que se formulou com mais vigor a tese da hipertrofia do privado, identificando a família de tipo patriarcal como a agência crucial de coordenação da vida social que se veio formando desde a colonização portuguesa, em relação a uma esfera pública atrofiada identificada ao Estado. Em todos esses autores, os elementos da sociedade brasileira em seu período colonial ainda se fariam presentes, impedindo a consolidação plena de instituições e valores da modernidade ocidental clássica. Nessa vertente do pensamento social brasileiro, uma atávica herança patrimonial-patriarcal acabara sutilmente assumindo o caráter de variável independente, supostamente capaz de explicar, ao longo de toda a história brasileira, especialmente no mundo rural, as formas e as configurações políticas e sociais que aqui se consolidaram.

¹ Doutor em Sociologia pelo Iesp/Uerj. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

A tradição da interpretação sociológica brasileira apontara elementos fundamentais para se explicar os vícios e virtudes da constituição societal brasileira. A década de 1930, veria florescer com maior frescor a sociologia modernista, com o conjunto de ideias desenvolvidas em torno da caracterização identitária brasileira, suas ações sociais e seus tipos de solidariedade e autoridade, especialmente nas mediações entre as relações público e privado, coordenadoras das relações entre Estado e sociedade no país, postos pela sociologia modernista, também como um problema histórico e historiográfico. Ademais, essa tradição de sociologia veria suas últimas florações nos anos 1950, em torno do ISEB, perdendo paulatinamente força e poder explicativo, enquanto outros modos de operacionalização disciplinar, como a sociologia acadêmica se profissionalizava. Um ponto interessante de se levantar a respeito das relações entre o ensaio e a sociologia, modo de apresentação das ideias da sociologia modernista, seria o tema da ciência e da argumentação científica efetuado através deste tipo de escrita. Em primeiro lugar, a subversão de uma poética do pensamento que criativamente construiu uma sociologia iconoclasta e original, perifericamente arredia aos padrões de cientificidade exigidos pelo pensamento europeu central. Por outro lado, a relação entre a sociologia e o ensaio, neste contexto periférico, se associaria à ideia de uma geopolítica do conhecimento, pois possibilitaria problematizar o mapa epistêmico, com os espaços privilegiados, as fronteiras, os fluxos e as direções que instituíram esse modo, de aparência natural, de perceber países, regiões, povos e redes como produtores de teorias universalmente válidas, as culturas de investigação do norte, e outros espaços relegados à posição de objeto de estudo e à recepção de teorias produzidas em outra parte, as culturas a serem investigadas ao sul. Segundo, a fragmentação e especialização das ciências humanas foi barrada pela tipologia de intelectual, os polígrafos, que se utilizaram do ensaio para construir esta disciplina. Nestes termos, a sociologia apareceu enquanto método de análise científico, com um suporte de escrita maleável, escapando do método descritivo ao armar pela pessoalidade da escrita um método analítico. Mais do que a descrição, interessava a análise dos fenômenos. Em terceiro lugar, uma sociologia intimamente conectada aos temas da agenda pública, empurrando questões

a serem debatidas, forçando a abertura da imaginação sociológica do período. Com uma forma de apreensão da realidade, fundamentando conceitos básicos da sociologia, tanto no horizonte discursivo e de eleição temática, como a tentativa de síntese interpretativa do país. Quarto, uma sociologia ativamente política, mas que direcionou seus argumentos ao Estado e à elite política e intelectual, tanto pela própria configuração do espaço público brasileiro, quanto uma opção estratégica de intervenção. Quinto, o estabelecimento dos parâmetros da sociologia brasileira, na sua eleição temática, mas principalmente na consolidação do dualismo para se explicar o país. Temas que serão aprofundados nos anos de aceleração temporal dos anos 1920 e 1930. Nestes termos, o amanhecer da sociologia modernista caminhava para o seu meio-dia.

O ensaio como estilo possibilitou a construção de uma imaginação sociológica através das interpretações realizadas ao possibilitar a captura da originalidade do tempo-espaço brasileiro. A abertura e a flexibilidade do ensaio se associariam a própria plasticidade do conteúdo tratado e apontaria para a superação do dilema da objetividade e da neutralidade do conhecimento produzido.

A partir das características do ensaio como forma, e seu dinamismo na escrita, foi possível capturar o movimento de construir-se pela proposição de algo novo, de uma nova experiência histórica que apesar dos seus contratempos, se realizava fora do contexto europeu. O conteúdo criativo e inerente deste movimento de construção não poderia ser mediatizado pelas formas convencionais operadas em outros locais, experiência que se relacionava à interpretação desta sociologia que se deparava com duas perspectivas que se misturavam, a de que o caso nacional seria específico se comparado a outros casos e que estaria na fluidez do tempo seu aspecto formativo. Desta experiência do confronto com outros desenvolvimentos nacionais se insurgiria diferentes tempos históricos que coexistiriam e conferiam especial densidade à realidade que interpretaram, em um esforço de compor o mapa da cultura, revelando sua capacidade de mediador entre mundos e articulador de experiências. Não obstante, apresentariam como fundamento um caráter dialógico das análises, fazendo aflorar

comparações com outras experiências, como a inglesa, a norte-americana e a francesa. Emergindo com maior clareza as diferenças no andamento moderno, as singularidades do próprio território e sua natureza e a pluralidade desta constituição societal.

Surgiria pelo movimento inicial da sociologia modernista, e sua separação analítica entre Estado e sociedade, entre política e sociologia, um profundo desconforto na aplicabilidade de modelos e respostas exógenas aos diagnósticos efetuados,¹⁰⁶ através do ensaio buscariam essa originalidade no tratamento das questões tipicamente nacionais. A comparação funcionou como um poderoso recurso não só ao cotejarem semelhanças e diferenças que se produziram em espaços geográficos e sociais distintos, mas também entre as culturas presentes no mesmo espaço nacional.

Assim, a heterogeneidade deveria ser expressa através de um tipo de texto que fosse capaz de capturar as adversidades e infortúnios da hibridez do território e da sociedade, capaz de interpretá-los e de produzir um desvio cognitivo em relação aos meios tradicionais de escrita da ciência moderna, como os tratados científicos, por exemplo. Sob este aspecto, a sociologia modernista apontava para uma característica típica desses espaços-tempo, nos quais existiria uma confluência para a inventividade em seu aspecto construtivo, e o inacabamento, se comparado, como fazem os ensaístas, a outros andamentos modernos. E nenhum estilo de escrita se tornaria mais propício do que o ensaio, na medida em que a inventividade e o inacabamento são seus pilares básicos.

Outro aspecto fundamental que o ensaio intrinsecamente possibilitou à sociologia modernista, é a própria temporalidade que o encerra. A sua imediatez constitutiva revelaria a ânsia intelectual pelo movimento de construir-se. Dois pontos se associam a esta característica. O primeiro se relaciona à possibilidade do ensaio flexibilizar-se continuamente, movimentando-se na liberdade que lhe é conveniente enquanto estilo processual, estabelecido pela sua infixidez. Outro aspecto da temporalidade presente neste suporte de escrita é sua contiguidade afeita à contemporaneidade e à inserção no debate público. Essa temporalidade imediata do

ensaio e sua relação direta com o pragmatismo e a inventividade oriundos da imperiosa necessidade de uma interpretação de seu território e sua população a partir dos pressupostos e conceitos da sociologia dirigiria o movimento que oscilaria de uma proposição individual a uma concepção de palavra pública, e sua entrada no universo de publicização das ideias. Com uma diferença explícita das gerações anteriores: a tentativa de controle do tempo.

Nas florações da sociologia modernista dos anos 20 e 30, é que se formulou com mais vigor a tese da hipertrofia do privado, identificando a família de tipo patriarcal como a agência crucial de coordenação da vida social que se veio formando desde a colonização portuguesa, em relação a uma esfera pública atrofiada identificada ao Estado. Em todos esses autores, os elementos da sociedade brasileira em seu período colonial ainda se fariam presentes, impedindo a consolidação plena de instituições e valores da modernidade ocidental clássica. Nessa vertente do pensamento social brasileiro, uma atávica herança patrimonial-patriarcal acabara sutilmente assumindo o caráter de variável independente, supostamente capaz de explicar, ao longo de toda a história brasileira, especialmente no mundo rural, as formas e as configurações políticas e sociais que aqui se consolidaram.

Mais ou menos explícita nas interpretações propostas por cada um daqueles autores encontra-se a ideia de que no Brasil contemporâneo a eles, Estado, economia e sociedade civil jamais teriam sido capazes de se diferenciar plenamente e, dessa forma, de se dinamizar a partir de lógicas e códigos próprios. O domínio público teria sido raptado e subjugado à lógica e aos propósitos das esferas de convívio familiar, códigos pessoais e privados, sociabilidade restritiva, razão pela qual as regras impessoais e racionalizadas seriam frequentemente relegadas a segundo plano. Nessa sociedade jamais se atingiu o grau e a extensão da diferenciação social, da secularização e da separação entre o público e o privado observados nas sociedades modernas centrais. Vale lembrar que no discurso sociológico da modernidade ocidental europeia, as chamadas sociedades modernas centrais são tidas como aquelas em que o Estado, o

mercado e a sociedade civil ocuparam esferas plenamente diferenciadas entre si, reguladas. Essa subjetividade temporal comum aos ensaístas dos anos 30 advém especialmente da experiência intelectual, do processo de modernização brasileiro, do modernismo e da relação entre cultura e política.

Os âmbitos público e privado, por sua vez, são também plenamente separados, cada um dos quais ordenado por códigos e lógicas particulares, se comunicando apenas através de canais apropriados que mantêm inalterados os termos e as regras de cada um dos domínios. Trata-se, segundo esta trilha que se está percorrendo, da formação de uma sociologia na qual mais do que simplesmente relacionar política e sociedade, se ambicionaria especificar os fundamentos e a dinâmica social da dominação política brasileira. Seria através deste tipo de ensaio que se ganharia inteligibilidade a tendência a relacionar aquisição, distribuição, organização de poder à estrutura social. Posto nestes termos, a ação social e a ação política dispostas nessa historicidade inerente a cada uma, produziria ritmos temporais diferenciados. Movimento analítico que configuraria, num certo sentido, a precedência da sociologia sobre a política. Sociologia essa que exprimiria de fato um caminho alternativo do andamento moderno através de suas dicotomias: campo e cidade; rural e urbano; litoral e sertão; centro e periferia; público e privado; interesse e virtude; iniciativa e inatividade; empreendimento e cometimento; vontade e contingência, em uma difícil síntese. A tese possuiria seu lugar, ao reanimar as tradições, a coloca-las sob a chave da influência na contemporaneidade. A antítese, a conjugar a novidade e as possibilidades abertas pelo desenrolar histórico, inclusive seu futuro. E ao sair de dentro do modernismo, essa sociologia, e em certa medida o pensamento social e político latino-americano, carregaria essa contradição como fundamento da sua modernidade, em especial, na forma como abordou seus territórios e seus personagens postos na ação da história, exacerbando uma cartografia semântica e uma figuração de seus personagens. Dito de outra forma, ao procurarem explicar essa difícil síntese, conheceriam a modernidade brasileira, e generalizando, a modernidade latino-americana, no sentido de contemporaneidade e historicidade, e

isso sob a ótica de uma espécie de modernidade alternativa. O campo possuiria sua sociologia, seus personagens principais, com sua subjetividade, sua atuação no mundo. O latifúndio como fundo para as ações realizadoras de interesses e virtudes para o fazendeiro, o escravo, o capanga, o homem livre comum, o tempo lento no seu desenrolar a incrustar a vida social e a estabelecer certos tipos de solidariedade e interesses. A cidade, local das inter-relações sociais e lócus do tempo célere, da iniciativa, da volúpia do viver moderno, dos seus personagens liberais e de sua sociabilidade muitas vezes subsumida ao mundo rural e incapaz de encontrar terreno fértil para o seu avanço. A compreensão da cidade e do mundo rural passaria pela análise de todos os elementos que comporiam o seu quadro: terra, água, clima, homens, civilização, cultura, arquitetura, trabalho, ideias, símbolos. O campo e a cidade não seriam apenas materialidade, possuiriam uma dimensão simbólica, subjetiva, que também atuaria na construção de suas formas espaciais. A significação do espaço, urbano ou rural, conferiria aos indivíduos e coletividades, unidade e identidade com o seu entorno, em uma espécie de estruturação sêmica do espaço. Cada local estruturaria uma espécie de cartografia semântica, que atribuiria a um determinado tempo-espaço, certos modos de viver, pensar e experimentar o mundo, certos tipos sociais, certa solidariedade, certa constituição de interesses e virtudes em sua sociabilidade, marcada no Brasil, através do modernismo e de sua sociologia modernista, por certa inventividade e certo pragmatismo, pensados a dialogicamente desvendar essa alternativa à modernidade central. Se a sensibilidade temporal indicava a aceleração do tempo pela dinâmica do contexto, a realização da difícil síntese brasileira, composta pelos dualismos e as diversas contrastividades internas e externas, norteavam uma percepção do tempo que estaria cindido.